



IMPLICAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

IMPLICATIONS OF GLOBALIZATION IN SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY

Graziele Rodrigues de Oliveira*

RESUMO

A crise econômica internacional coloca em foco questões relacionadas à administração econômica, relações internacionais e os recursos naturais. A globalização que se pressupunha como avanço de desenvolvimento econômico e social coloca países emergentes em situação de vulnerabilidade, e busca-se novas relações exteriores no âmbito da economia, assim como novos modelos de construção e formação da sociedade que repense as formas de produção e consumo. Sendo assim, o objetivo deste artigo é discutir sobre as propostas que interseccionam desenvolvimento econômico e meio ambiente sustentável, levando em consideração o dilema do reconhecimento dos recursos naturais como limitado e a geração de lucro.

Palavras-chave: Globalização; Sustentabilidade Ambiental; Desenvolvimento Socioeconômico.

ABSTRACT

The international economic crisis focuses on issues related to economic management, international relations and natural resources. The globalization that was supposed to advance economic and social development places emerging countries in a situation of vulnerability, and seeks new external relations in the sphere of the economy, as well as new models of construction and formation of society that re-think the forms of production and consumption. Thus, the objective of this article is to discuss the proposals that intersect economic development and sustainable environment taking into account the dilemma of the recognition of natural resources as limited and the generation of profit.

Keywords: Globalization; Environmental Sustainability; Socioeconomic Development.

* Mestranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Especialista em Geopolítica e Relações Internacionais pela Rede de Educação Claretiano. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela União Educacional de Cascavel (Univel-2015) e Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (Unicesumar -2010). E-mail: grazielecomz@gmail.com



1 Introdução

A crise econômica internacional coloca em foco questões relacionadas à administração econômica, relações internacionais e os recursos naturais. A globalização que antes se pressupunha como avanço de desenvolvimento econômico e social coloca países emergentes em situação de alarme, e busca-se novas relações exteriores no âmbito da economia, como por exemplo, a formação de blocos econômicos como saída para facilitar a comercialização dos produtos e melhorar a economia. No artigo *Globalização, regionalismo e ordem internacional* (1999), a autora Valérie de Campos Mello aponta quatro principais pilares do funcionamento e do poder entre os Estados: a) a capacidade de produção, os recursos naturais a serem utilizados; b) poderes de ordem financeira, os países que tem poder de crédito e de financiamento; c) o poder bélico, se o país tem poder armamentista, “segurança”, o controle do Estado sobre os demais países, e por último o conhecimento, este quando se trata de globalização entra em destaque a tecnologia. Porém, outros atores no cenário mundial têm representatividade, como as instituições, organizações, grandes multinacionais e uma crítica fundamental, a de que os estudos sobre a Economia e Política Internacional com análise feita da perspectiva de que os Estados apenas reagem ao contexto mundial, ou seja, os estudos que versam economia e política internacional, de certa maneira, escondem os fatores históricos e sociais que envolvem o jogo político nesta economia (MELLO, 1999). Por isso Mello (1999) ressalta a importância de estudar processos históricos, culturais, sociais, dentro do âmbito econômico, ignorar estes contextos representa a acentuação das desigualdades sociais e a escassez dos recursos naturais.

Outra mudança significativa na ordem política e econômica dos Estados é que as corporações privadas têm papel importante nas relações internacionais, uma mudança em relação aos poderes do próprio Estado nestas relações, por isso os Estados se veem presos às ações do mercado mundial (MELLO, 1999). Então se torna um desafio a atuação do Estado no controle da economia, pois com a globalização passa a ser questionado o poder e alcance dos Estados no combate às desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

As problemáticas que relacionam meio ambiente sustentável e desenvolvimento econômico se esbarram em questões relacionadas com as políticas adotadas por um Estado e a democracia no que trata o mercado. O sistema capitalista impõe regras de comercialização não apenas dentro de um Estado, mas num cenário mundial, nota-se que os processos de trabalho perdem o que podemos chamar de sustentabilidade democrática (DELUIZ; NOVICKI, 2017). O objetivo da inserção no mercado global é se atentar aos propósitos da economia e do desenvolvimento, e a sustentabilidade ambiental por vezes entra em contradição com as lógicas do capital. A principal pergunta a ser feita é, quanto tempo dura a formação da sociedade pautada na lógica de produção e consumo? Os recursos naturais são escassos e limitados e a sua degradação é somada com os problemas



de desigualdade social, o que mostra a urgência em discutir novos modelos de trabalho, produção, consumo e meio ambiente.

2 Breve panorama das propostas de sustentabilidade ambiental

Se resgatarmos numa linha temporal, a preocupação com a degradação do meio ambiente surge com a crise ecológica, uma das primeiras ideias de travar os problemas ecológicos e promover a estabilidade econômica é a do Clube de Roma (1968) que (a grosso modo) buscava congelar o crescimento demográfico e a produção industrial. Outra proposta surge em 1973 por Maurice Strong, com o conceito de ecodesenvolvimento, que dividia a preocupação com o meio ambiente sustentável em vários níveis: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural. Estas últimas medidas abrangem qualidade de vida e preservação ambiental. Por meio de pesquisas com base no ecodesenvolvimento também se permitiu os estudos do uso das tecnologias para melhorar a produção e utilização dos recursos, unir os processos ambientais com as questões econômicas para não ficarem à mercê de outros países e conseguir a independência no manejo dos recursos, mas a partir dos anos 80, mesmo com os movimentos em prol do meio ambiente, a ideia perde força (OLIVEIRA, 2011). A crise econômica, e os níveis de desigualdade social dos anos 80 entre os países fez-se estudar novos projetos integrados na tentativa de resolver a problemática das questões sociais e econômicas e a degradação ambiental.

A partir de 1987 surge o projeto *Nosso Futuro Comum* e a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento volta em discussão. Este projeto relacionava economia, sociedade e política, com o uso dos recursos naturais e apontava medidas para bloquear o uso exacerbado dos recursos com várias medidas tanto no âmbito social como ambiental. Algumas das propostas são as reorganizações dos espaços residências e industriais das cidades, a preservação do ecossistema, o controle populacional, a distribuição e garantia de recursos básicos à população como, água, alimento, se atentando também às necessidades básicas de educação, saúde e habitação, porém segundo Oliveira (2011) a proposta se alinhava aos interesses econômicos, que acabava por esbarrar em contradição, há neste sentido o dilema do reconhecimento dos recursos naturais como limitados e a geração de lucro, em suas palavras: “Tal documento é a adequação entre economia e ecologia (de um ponto de vista conservador), através da combinação entre a ideia do desenvolvimento sustentável e o neoliberalismo econômico enquanto proposta hegemônica na nova ordem” (p. 80).

Contudo, o histórico de projetos para a preservação do meio ambiente na prática sempre enfrentou o desafio de trabalhar políticas integradas entre as nações, países desenvolvidos como Estados Unidos e os da União Europeia tem um histórico de resistência à governança ambiental global, pelos riscos de piora da economia e interesses particulares do Estado (SILVA; VIOLA, 2012). A China, país



em grande avanço de desenvolvimento econômico também se encontra no topo de maior poluidor do mundo, Índia, Japão, Brasil, Rússia e Coreia do Sul, também estão entre os maiores poluidores. Para Silva e Viola (2012) estes países também possuem tecnologia e capital para enfrentar os problemas ambientais, mas entram num jogo político difícil de desenrolar-se e comprometem as relações internacionais. Os Estados Unidos têm posições políticas que se dividem e se contrariam, de um lado, grupos de conservadores contra uma reorganização fundamentada na preservação ambiental e de outro apontam algum interesse na governança global (SILVA; VIOLA, 2012).

A criação da *ONUMA* (Organização das Nações Unidas para o Ambiente), incentivada pela ONU mostra relatórios importantes sobre as mudanças climáticas e a necessidade de tomar medidas urgentes em nível global. O projeto *PNUMA* (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) se organiza para discussões e políticas de preservação ao meio ambiental, porém enfrenta a falta de investimentos e tem uma ação limitada na tentativa de unir os países numa só discussão, vários grupos em prol do meio ambiente surgem, mas com políticas baseadas nas necessidades da região (SILVA; VIOLA, 2012).

Com a conferência RIO+20, os países se organizam para discutir duas questões chaves e problemáticas no mundo, o desafio da degradação ambiental e a erradicação da pobreza não concretizada no plano de Metas do Milênio¹. Estas discussões (a economia global e meio ambiente) entram num pareio complicado de aliar. Nesta conferência (RIO+20) surge o conceito de economia verde, o projeto em uma análise simplista tem temáticas interessantes como a diminuição do carbono, o melhor uso dos recursos naturais e a inclusão social, mas de acordo com Jacobi e Sinisgalli (2012), levanta polêmicas quanto a sua eficácia no combate às desigualdades sociais. Primeiro porque as medidas exigiriam mudanças drásticas na reorganização da sociedade, no cotidiano das pessoas, e os países de pouco desenvolvimento enfrentam problemas básicos de infraestrutura, saneamento básico, falta de moradia e fome. Segundo porque além de todas as políticas adotadas em nível de tecnologia para diminuir a emissão de poluentes e métodos de produção com recursos renováveis, a eficácia do projeto se depara com outros problemas que não são isolados com o assunto preservação do meio ambiente como a educação, a conscientização da população com relação ao ecossistema e principalmente a justiça social. (JACOBI; SINISGALLI, 2012).

3 Caminhos para o desenvolvimento sustentável

Ainda sobre a economia verde, algumas questões à coloca em cheque como por exemplo, as estruturas de desenvolvimento do mercado com crescente utilização dos recursos naturais e a privatização de bens comuns, o que pode centralizar ainda mais os recursos e promover ainda mais a desigualdade social

¹ As Metas do Milênio da Onu foram consultados pelo site do instituto Atkwhh no endereço eletrônico: <http://www.institutoatkwhh.org.br/compendio/?q=node/19>. Acesso em: 13 set. 2018.



(JACOBI; SINISGALLI, 2012). Por isso pode-se dizer que as ideias podem parecer boas, mas os interesses econômicos colocam em risco acordos benéficos à população. Fica a pergunta, quais as ações da sociedade para diminuir a degradação ambiental e mesmo assim seguir no desenvolvimento? Numa análise generalista, visto que fatores sociais, econômicos e culturais problematizam ações para o desenvolvimento sustentável, a humanidade deverá agir de forma consciente, vai precisar definir limitações no uso dos recursos naturais e levar em consideração o que tem viabilidade na economia sem prevalecer com a ecologia (JACOBI; SINISGALLI, 2012). Para isso a relação da sociedade com a natureza vai ter que ser redefinida, as necessidades básicas da população devem ser resolvidas e a relação com o consumo deve ser consciente, prevalecendo o equilíbrio, não há desenvolvimento se por um lado há o desperdício e por outro a completa falta de recursos (JACOBI; SINISGALLI, 2012).

Assim Jacobi e Sinisgalli (2012) pontuam que uma das causas pela degradação do meio ambiente são as ações promovidas pelas instituições e serviços de informação na formação do comportamento da sociedade, estas mesmas instituições podem e devem facilitar no processo de conscientização para a sustentabilidade ambiental. Tanto as instituições públicas e privadas podem promover a educação ambiental e a democratização da população com estas resoluções. O desafio maior é criar esta consciência para reestruturar a sociedade e gerar emprego com preocupações ambientais (JACOBI; SINISGALLI, 2012).

Para Josiane Carvalho (2007) é importante ressaltar que também é fundamental o tema sobre territorialização, pois esta é que define o sistema de modo de produção naquele espaço, a intersecção do meio ambiente com as relações sociais e a distribuição dos recursos. Em uma conjuntura mundial, as relações de território estão ligadas às questões econômicas, e, evidentemente às formas de poder. Outro aspecto importante a comentar sobre territorialidade é a identidade de um território que funciona numa dinâmica, quando as relações sociais estão conflituosas por causa da identidade de determinado espaço, cria-se um novo espaço, uma nova demarcação territorial que se integra, porém nem sempre estas separações são harmoniosas, a dinâmica que envolve a mudança nas delimitações geográficas está ligada aos conflitos (CARVALHO, 2007).

A globalização molda as relações sociais sobre aquele território, o comportamento, o consumo, os aspectos culturais são influenciados pelos processos de produção e pela política local, podemos colocar como exemplo as influências impostas pelo ocidente ao oriente, as influências políticas de uma grande potência sobre os países periféricos (CARVALHO, 2007). Para seguir no ritmo da globalização, a sociedade é homogeneizada, a lógica de produção e participação no mercado exige a padronização do modo de vida, os países com mais diferenças culturais são os que mais sofrem com o processo para não ficarem de fora do contexto geopolítico mundial (CARVALHO, 2007). E estar de fora da conjuntura geopolítica da economia mundial pode significar sanções e enfraquecimento



econômico, como por exemplo, as sanções econômicas dos Estados Unidos sobre Cuba.

Já os autores Neise Deluiz e Victor Novicki (2017) sublinham as questões de desterritorialização da política que em um contexto global precedem as normatizações com mais força no âmbito político mundial, desta forma estas questões são mais um dos problemas que favorece o aumento das desigualdades sociais, assim como a gestão dos recursos de forma irresponsável. Também a desterritorialização de empresas, quando grandes multinacionais procuram espaços para a industrialização em países que oferecem mão de obra barata, facilidade e baixo custo no transporte de mercadorias e na instalação das empresas. Outro ponto a se destacar é o da tecnologia, este por sua vez padroniza os modelos de trabalho, os processos de produção são os mesmos numa ordem mundial, e a relação de trabalho e meio ambiente são sustentadas num sistema hegemônico. Com a crise no sistema produtivo novas formas de trabalho surgem e as questões ambientais são lembradas quando a problemática da escassez dos recursos entra em pauta (DELUIZ; NOVICKI, 2017).

De acordo com Deluiz e Novicki (2017) se por um lado, as novas tecnologias melhoram as produções de trabalho e a qualidade dos serviços, por outro promovem o desemprego e a exclusão dos trabalhadores com o intuito de aumentar a lucratividade e melhorar a produção e o sistema de trabalho, assim países emergentes sofrem com a estrutura comercial adotada, o que contribui para o aumento da exclusão social e a degradação do meio ambiente.

Outra problemática importante é a crescente população que participa do hábito de consumo ocidentalizado, o que podemos chamar de consumismo, que promove a padronização cultural. A sociedade do consumo causa grande impacto ambiental com a necessidade do uso de mais recursos naturais, portanto, maiores impactos ao meio ambiente (DELUIZ; NOVICKI, 2017). O resultado são as emissões de gases, a poluição do ar atmosférico, poluição das águas e a problemática estrutural das cidades, a aglomeração de pessoas num pequeno espaço de terra, e as consequências desta desestruturação com a falta de saneamento básico, segurança, educação.

As condições socioeconômicas da população sempre estão ligadas às questões ambientais, nota-se comunidades que vivem às margens e que dependem do lixo, moram próximas aos parques industriais que são os grandes agentes poluidores. Assim, de acordo com Deluiz e Novicki (2017) a desigualdade social é acentuada pela mundialização do sistema capitalista, quando os grupos se situam às margens da sociedade ocorre a precariedade do trabalho, a falta de conhecimento para o uso sustentável dos recursos naturais problematiza ainda mais a questão da degradação do meio ambiente.

4 Considerações finais:



Para tanto, Deluiz e Novicki (2017) apontam possíveis soluções para as problemáticas mencionadas, uma delas é a democratização e educação crítica, a compreensão sobre as relações de trabalho e meio ambiente promove a mudança de si e da coletividade, num processo de desconstrução das formas existentes para novas formas e perspectivas do fazer.

As formas de trabalho estão inseridas num só modelo econômico, que é o sistema capitalista, porém existem outras formas de se trabalhar o desenvolvimento econômico e é este o trabalho da educação crítica. O desafio maior é superar as políticas adotadas que colocam como fonte, a alienação do homem sobre a natureza. A transformação partindo destes pressupostos só pode ser alcançada a partir da crítica à sociedade de consumo (DELUIZ; NOVICKI, 2017). O desenvolvimento sustentável precisa de um modelo de construção e formação da sociedade que repense as formas de produção e consumo, sem estas perspectivas a sustentabilidade ambiental sempre vai entrar em contradição com a lógica do desenvolvimento baseado no lucro (DELUIZ; NOVICKI, 2017).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. F. A territorialização na mundialização do capital. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. VII, p. 1-10, 2007.

DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, mai./ago., 2004, 19-24. Disponível em: < www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/516/439>. Acesso em: 13 set. 2018.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2018.

MELLO, Valérie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. **Revista Brasileira de Políticas internacionais**, v. 42, n. 1, p. 157-181, 1999. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100007>. Acesso em: 13 set. 2018.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: Um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio 92)**. Tese de doutorado em Geografia – Instituto de Geociências – UNICAMP. Campinas,



2011. Disponível em: <
repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287540>. Acesso em: 13 set.
2018.

SILVA, Marina; Viola, Eduardo. Por uma nova governança global. **Revista Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo. Disponível em:<http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/509709-por-uma-nova-governanca-global>. Acesso em: 13 set. 2018.

*Recebido em 14/09/2018
Aprovado em 12/12/2018*